

Bruxelas, 15 de junho de 2026
(OR. en)

Dossiê interinstitucional:
2025/0240(COD)

9807/1/26
REV 1 ADD 3

COH 94
SOC 294
AGRI 428
AGRIFIN 104
PECHE 208
FIN 759
JAI 674
SAN 356
CODEC 1038
CADREFIN 248
POLGEN 139
IA 142

NOTA

de: Secretariado-Geral do Conselho

para: Conselho

Assunto: Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria o Fundo Europeu para a Coesão Económica, Territorial e Social, a Agricultura e o Meio Rural, as Pescas e o Setor Marítimo, a Prosperidade e a Segurança para o período 2028-2034 e que altera o Regulamento (UE) 2023/955 e o Regulamento (UE, Euratom) 2024/2509 (Regulamento PPNR)

– Orientação geral parcial

= *Declaração da Estónia, da Letónia e da Lituânia*

Junto se envia, à atenção das delegações, uma declaração da Estónia, da Letónia e da Lituânia a exarar na ata do Conselho.

DECLARAÇÃO DA ESTÓNIA, DA LETÓNIA E DA LITUÂNIA

sobre o reconhecimento e a abordagem dos desafios enfrentados pelas regiões que fazem fronteira com a Rússia e a Bielorrússia no contexto das negociações sobre o pacote PPNR e do próximo quadro financeiro plurianual

A Estónia, a Letónia e a Lituânia reconhecem os progressos alcançados durante as negociações sobre o pacote relativo ao quadro financeiro plurianual. Continuamos plenamente empenhados em apoiar os trabalhos das Presidências cipriota e irlandesa com vista a chegar a acordo ainda este ano.

No entanto, subsistem preocupações importantes quanto à medida em que o quadro proposto reflete os desafios enfrentados pelas regiões fronteiriças orientais da União Europeia, em especial as que fazem fronteira com a Rússia e a Bielorrússia.

Em 18 de fevereiro de 2026, a Comissão adotou a sua comunicação intitulada «Regiões fortes para uma Europa segura», na qual se reconhece que as regiões NUTS 2 que fazem fronteira com a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia enfrentam desafios específicos de segurança, económicos e demográficos decorrentes da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, de ameaças híbridas e da alteração profunda do ambiente geopolítico, e na qual se declara que *«[a]s regiões mais afetadas pela deterioração do ambiente de segurança e pelo aumento dos riscos de ações militares convencionais são as que têm fronteira externa com a Rússia e a Bielorrússia»*. A resposta a estes desafios é feita em detrimento de investimentos a longo prazo na competitividade, na inovação, no bem-estar societal e no desenvolvimento socioeconómico sustentável. Na comunicação sublinha-se, e bem, que o reforço da resiliência e da prosperidade destas regiões representa um investimento estratégico na segurança e na estabilidade da Europa.

Embora tenham sido introduzidas referências à comunicação e aos desafios enfrentados pelas regiões fronteiriças orientais em várias propostas legislativas, as disposições correspondentes ainda não refletem em grau suficiente a escala, a persistência e a natureza única destes desafios.

As necessidades e as circunstâncias das regiões fronteiriças orientais são únicas e os desafios enfrentados pelas regiões fronteiriças orientais da Estónia, da Letónia e da Lituânia vão além do que pode ser razoavelmente combatido apenas por meio dos orçamentos nacionais. Estas regiões são obrigadas a absorver custos crescentes em matéria de segurança, resiliência e preparação e um impacto crescente na população, salvaguardando ao mesmo tempo a sua vitalidade económica, a coesão social e perspectivas de desenvolvimento a longo prazo. Sem uma resposta mais forte, estas pressões acarretam o risco de agravar as disparidades territoriais e de pôr em causa a atratividade e a competitividade das regiões localizadas na fronteira externa da União. Neste contexto, é altamente importante atenuar de forma adequada estes desafios.

Por conseguinte, mantemos a nossa posição de que as regiões que fazem fronteira com a Rússia e a Bielorrússia devem beneficiar de uma maior visibilidade em todo o futuro quadro legislativo, acompanhada de um apoio adicional a nível da UE e de uma cobertura orçamental adequada no âmbito do quadro financeiro plurianual. Um quadro que reconheça estes desafios sem lhes dar uma resposta proporcionada corre o risco de ficar aquém dos objetivos estratégicos da União.

Os Estados bálticos continuam a figurar entre os Estados-Membros que recebem o menor nível proposto de montantes circunscritos por hectare. **Tendo em conta os desafios e as necessidades adicionais de investimento para reforçar a segurança e a resiliência das regiões fronteiriças orientais da UE, a manutenção da convergência externa dos pagamentos diretos continua a ser importante para garantir a segurança alimentar e a resiliência das nossas regiões.** Esta questão deverá ser abordada em conformidade.

Por estas razões, a Estónia, a Letónia e a Lituânia consideram que é necessário prosseguir os trabalhos para assegurar que o próximo quadro financeiro plurianual dê uma resposta mais equilibrada e credível às realidades com que se deparam as regiões que fazem fronteira com a Rússia e a Bielorrússia.